

**Gestão 2018-2020**

Procurador-Geral de Justiça  
**Paulo Cezar dos Passos**  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico  
**Humberto de Matos Brittes**  
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa  
**Nilza Gomes da Silva**  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça de Gestão e Planejamento Institucional  
**Hudson Shiguer Kinashi**  
Corregedor-Geral do Ministério Público  
**Marcos Antonio Martins Sottoriva**  
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público  
**Antonio Siufi Neto**  
Ouvidor do Ministério Público  
**Olavo Monteiro Mascarenhas**

**COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA**

Procurador de Justiça <i>Sérgio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Ricciotti</i>	Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrader</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siufi Neto</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Gilberto Robalinho da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i>
Procurador de Justiça <i>Miguel Vieira da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Jaceguara Dantas da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Ávila</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Sérgio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Júnior</i>	Procurador de Justiça <i>Alexandre Lima Raslan</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	

**EXPEDIENTE EXTERNO:**

De 2ª à 6ª feira, das 08 às 11 e 13 às 18 horas.

**DISQUE DENÚNCIA**

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: [caocrim@mpms.mp.br](mailto:caocrim@mpms.mp.br)

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão  
e dos Direitos Humanos e das Pessoas com Deficiência

(67) 3318-2160 e-mail: [caodh@mpms.mp.br](mailto:caodh@mpms.mp.br)

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA****PORTARIA Nº 339/2020-PGJ, DE 29.1.2020**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder ao Procurador de Justiça Alexandre Lima Raslan 10 (dez) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 23.1 a 1º.2.2020, nos termos do artigo 139, inciso II, e do artigo 150, parágrafo único, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

**PAULO CEZAR DOS PASSOS**

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 340/2020-PGJ, DE 29.1.2020**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder à Procuradora de Justiça Esther Sousa de Oliveira 2 (dois) dias de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, realizada no período 1º a 8.4.2019, a serem usufruídos nos dias 6 e 7.2.2020, nos termos dos artigos 3º, 6º, 7º-A, inciso I, da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

**PAULO CEZAR DOS PASSOS**

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 315/2020-PGJ, DE 28.1.2020**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Revogar, a partir de 31.1.2020, as seguintes portarias:

- Portaria nº 351/2015-PGJ, de 19.2.2015, que delegou atribuição ao Promotor de Justiça Alexandre Magno Benites de Lacerda para autorizar despesas, movimentar contas e transferências financeiras, como ordenador de despesas, no âmbito da Procuradoria-Geral de Justiça, retificada pela Portaria nº 560/2015-PGJ, de 11.3.2015;

- Portaria nº 1767/2015-PGJ, de 18.8.2015, que designou o Promotor de Justiça Alexandre Magno Benites de Lacerda para, sem prejuízo de suas funções, representar o Procurador-Geral de Justiça no Conselho de Intermediação de Conflitos Sociais e Situação de Risco;

- Portaria nº 1936/2016-PGJ, de 30.6.2016, na parte que designou o Promotor de Justiça Alexandre Magno Benites de Lacerda para compor o Comitê de Segurança Institucional, objetivando o planejamento e implementação do Plano de Segurança Institucional;

- Portaria nº 2056/2016-PGJ, de 11.7.2016, na parte que designou o Promotor de Justiça Alexandre Magno Benites de Lacerda para, sem prejuízo de suas funções, compor a Comissão do Memorial do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul;

- Portaria nº 2773/2016-PGJ, de 21.9.2016, que designou o Promotor de Justiça Alexandre Magno Benites de Lacerda para, sem prejuízo de suas funções, atuar como membro colaborador da Comissão de Controle Administrativo e Financeiro, CCAF, do Conselho Nacional do Ministério Público;

- Portaria nº 155/2017-PGJ, de 18.1.2017, na parte que designou o Promotor de Justiça Alexandre Magno Benites de Lacerda para, sem prejuízo de suas funções, compor a Comissão responsável pela análise e revisão das atribuições dos cargos efetivos do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual;

- Portaria nº 3477/2017-PGJ, de 9.10.2017, na parte que designou o Promotor de Justiça Alexandre Magno Benites de Lacerda para, sem prejuízo de suas funções, compor a comissão de estudo para a instituição do plano de assistência médico-social aos membros do Ministério Público, ativos ou inativos, seu respectivo cônjuge ou companheiro e seus dependentes legais e aos pensionistas;

- Portaria nº 4434/2017-PGJ, de 19.12.2017, que designou o Promotor de Justiça Alexandre Magno Benites de Lacerda para, sem prejuízo de suas funções, auxiliar os membros da Comissão do XXVIII Concurso Público de Provas e Títulos para o cargo de Promotor de Justiça Substituto;

- Portaria nº 2799/2018-PGJ, de 14.8.2018, na parte que designou o Promotor de Justiça Alexandre Magno Benites de Lacerda para, sem prejuízo de suas funções, representar o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul junto ao Fórum Nacional de Gestão do Conselho Nacional do Ministério Público, no Comitê de Políticas de Segurança Institucional;

- Portaria nº 387/2019-PGJ, de 1º.2.2019, na parte que designou o Promotor de Justiça Alexandre Magno Benites de Lacerda para compor o Comitê de Gestão de Pessoas, nos termos do artigo 3º da Resolução nº 1/2019-PGJ, de 1º de fevereiro de 2019.

PAULO CEZAR DOS PASSOS  
Procurador-Geral de Justiça

#### **PORTARIA Nº 316/2020-PGJ, DE 28.1.2020**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

##### **R E S O L V E :**

Revogar, a partir de 31.1.2020, as seguintes portarias:

- Portaria nº 1299/2016-PGJ, de 6.5.2016, na parte que designou o Promotor de Justiça Paulo César Zeni para, sem prejuízo de suas funções, compor o Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação (CETI);

- Portaria nº 1671/2016-PGJ, de 8.6.2016, na parte que designou o Promotor de Justiça Paulo César Zeni para, sem prejuízo de suas funções, participar do processo de revisão do Organograma do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul;

- Portaria nº 2974/2016-PGJ, de 13.10.2016, na parte que designou o Promotor de Justiça Paulo César Zeni para, sem prejuízo de suas funções, compor a Comissão Mista para instalação do Laboratório de Lavagem de Dinheiro;

- Portaria nº 2395/2016-PGJ, de 12.8.2016, na parte que designou o Promotor de Justiça Paulo César Zeni para, sem prejuízo de suas funções, compor a Comissão Mista de Segurança da Tecnologia da Informação e Crimes Cibernéticos;

- Portaria nº 586/2017-PGJ, de 21.2.2017, na parte que designou o Promotor de Justiça Paulo César Zeni para, sem prejuízo de suas funções, compor o Comitê Gestor de acompanhamento das atividades necessárias para a implantação do SAJ/MP;

- Portaria nº 717/2017-PGJ, de 6.3.2017, na parte que designou o Promotor de Justiça Paulo César Zeni para, sem prejuízo de suas funções, compor o Comitê Gestor para Administração e Gerência da Implantação, Manutenção e Aperfeiçoamento das Tabelas Unificadas;

- Portaria nº 258/2018-PGJ, de 19.1.2018, na parte que designou o Promotor de Justiça Paulo César Zeni para, sem prejuízo de suas funções, compor a Comissão de Pesquisa e Inovação em Inteligência Artificial no âmbito do Ministério Público Estadual;

- Portaria nº 1106/2018-PGJ, de 27.3.2018, na parte que indicou o Promotor de Justiça Paulo César Zeni para, sem prejuízo de suas funções, compor o Conselho Administrativo-Consultivo da ESMP-MS;

- Portaria nº 2261/2018-PGJ, de 3.7.2018, que designou o Promotor de Justiça Paulo César Zeni para, sem prejuízo de suas funções, auxiliar os membros da Comissão do XXVIII Concurso Público de Provas e Títulos para o cargo de Promotor de Justiça Substituto;

- Portaria nº 2582/2018-PGJ, de 27.7.2018, na parte que designou o Promotor de Justiça Paulo César Zeni para, sem prejuízo de suas funções, compor a Comissão para implantação de ambiente de Educação a Distância (EaD) na Escola Superior do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul;

- Portaria nº 4410/2018-PGJ, de 19.12.2018, na parte que designou o Promotor de Justiça Paulo César Zeni para, sem prejuízo de suas funções, coordenar o Departamento Especial de Apoio às Atividades de Execução (DAEX);

- Portaria nº 363/2019-PGJ, de 30.1.2019, na parte que designou o Promotor de Justiça Paulo César Zeni para, sem prejuízo de suas funções, compor o Comitê de Modernização Administrativa, responsável por promover a modernização da gestão administrativa da Instituição por meio da execução do Projeto “Paiaгуá”.

PAULO CEZAR DOS PASSOS  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 317/2020-PGJ, DE 28.1.2020**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Revogar, a partir de 31.1.2020, as seguintes portarias:

- Portarias nº 1009/2014-PGJ, de 27.6.2014, e nº 1299/2016-PGJ, de 6.5.2016, nas partes em que se designou o Promotor de Justiça Ricardo de Melo Alves para, sem prejuízo de suas funções, compor o Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação (CETI);

- Portaria nº 1085/2015-PGJ, de 20.5.2015, na parte que designou o Promotor de Justiça Ricardo de Melo Alves para, sem prejuízo de suas funções, compor o Comitê de Controle Interno de Tecnologia da Informação no âmbito do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul (MPMS);

- Portaria nº 1344/2016-PGJ, de 9.5.2016, na parte que designou o Promotor de Justiça Ricardo de Melo Alves para, sem prejuízo de suas funções, compor a Comissão de Gestão de Custos do MPMS, responsável pela implantação do Projeto de Gestão de Custos no âmbito do Ministério Público Estadual;

- Portaria nº 1936/2016-PGJ, de 30.6.2016, na parte que designou o Promotor de Justiça Ricardo de Melo Alves para compor o Comitê de Segurança Institucional, objetivando o planejamento e implementação do Plano de Segurança Institucional;

- Portaria nº 2395/2016-PGJ, de 12.8.2016, na parte que designou o Promotor de Justiça Ricardo de Melo Alves para, sem prejuízo de suas funções, compor a Comissão Mista de Segurança da Tecnologia da Informação e Crimes Cibernéticos;

- Portaria nº 586/2017-PGJ, de 21.2.2017, na parte que designou o Promotor de Justiça Ricardo de Melo Alves para, sem prejuízo de suas funções, compor o Comitê Gestor de acompanhamento das atividades necessárias para a implantação do SAJ/MP;

- Portaria nº 717/2017-PGJ, de 6.3.2017, na parte que designou o Promotor de Justiça Ricardo de Melo Alves para, sem prejuízo de suas funções, compor o Comitê Gestor para Administração e Gerência da Implantação, Manutenção e Aperfeiçoamento das Tabelas Unificadas;

- Portaria nº 258/2018-PGJ, de 19.1.2018, na parte que designou o Promotor de Justiça Ricardo de Melo Alves para, sem prejuízo de suas funções, compor a Comissão de Pesquisa e Inovação em Inteligência Artificial no âmbito do MPMS;

- Portaria nº 2582/2018-PGJ, de 27.7.2018, na parte que designou o Promotor de Justiça Ricardo de Melo Alves para, sem prejuízo de suas funções, compor a Comissão para implantação de ambiente de Educação a Distância (EaD) na Escola Superior do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul (ESMP-MS);

- Portaria nº 2799/2018-PGJ, de 14.8.2018, na parte que designou o Promotor de Justiça Ricardo de Melo Alves para, sem prejuízo de suas funções, representar a Administração Superior do MPMS junto ao Fórum Nacional de Gestão do Conselho Nacional do Ministério Público;

- Portaria nº 363/2019-PGJ, de 30.1.2019, na parte que designou o Promotor de Justiça Ricardo de Melo Alves para, sem prejuízo de suas funções, compor o Comitê de Modernização Administrativa, responsável por promover a modernização da gestão administrativa da Instituição por meio da execução do Projeto “Paiaguá”;

- Portaria nº 1738/2019-PGJ, de 21.5.2019, que designou o Promotor de Justiça Ricardo de Melo Alves para, sem prejuízo de suas funções, coordenar a atividade de segurança institucional do MPMS;

- Portaria nº 1790/2019-PGJ, de 27.5.2019, na parte que designou o Promotor de Justiça Ricardo de Melo Alves para, sem prejuízo de suas funções, gerenciar a implantação dos serviços estabelecidos no Termo de Cooperação Técnica entre o MPMS e a Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública de MS;

- Portaria nº 3573-PGJ, de 26.9.2019, que designou o Promotor de Justiça Ricardo de Melo Alves para, sem prejuízo de suas funções, compor a comissão responsável pela implementação dos trabalhos inerentes ao Fundo Nacional Antidrogas (FUNAD).

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 322/2020-PGJ, DE 28.1.2020**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar o Promotor de Justiça Fabio Ianni Goldfinger, atualmente agregado ao Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Secretaria de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, na função de Chefe de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, a partir de 31.1.2020, até ulterior deliberação.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 323/2020-PGJ, DE 28.1.2020**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Delegar competência ao Promotor de Justiça Fabio Ianni Goldfinger, atualmente agregado ao Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, para autorizar despesas, movimentar contas e transferências financeiras, como ordenador de despesas, no âmbito do Ministério Público Estadual, a partir de 31.1.2020, até ulterior deliberação.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 324/2020-PGJ, DE 28.1.2020**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar o Promotor de Justiça Fabio Ianni Goldfinger, atualmente agregado ao Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, coordenar a atividade de segurança institucional do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, a partir de 31.1.2020, até ulterior deliberação, nos termos do artigo 23 da Resolução nº 010/2018-PGJ, de 25.5.2018.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 325/2020-PGJ, DE 28.1.2020**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXVI do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, *ad referendum* do Conselho Superior do Ministério Público

**R E S O L V E :**

Agregar ao Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, no interesse do serviço, o 60º Promotor de Justiça de Campo Grande, Luiz Antônio Freitas de Almeida, para, sem prejuízo de suas funções, desempenhar atribuições de assessoramento, a partir de 3.2.2020, até ulterior deliberação.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° 326/2020-PGJ, DE 28.1.2020**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar o 60º Promotor de Justiça de Campo Grande, Luiz Antônio Freitas de Almeida, para, sem prejuízo de suas funções, coadjuvar a 34ª Promotoria de Justiça da referida Comarca, a partir de 3.2.2020, até ulterior deliberação; e revogar, a partir da referida data, a Portaria nº 1283/2017-PGJ, de 20.4.2017, que o designou para responder pela 34ª Promotoria de Justiça de Campo Grande.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° 328/2020-PGJ, DE 28.1.2020**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar o Promotor de Justiça Antonio André David Medeiros, atualmente agregado ao Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, presidir o Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação, CETI, a partir de 31.1.2020, até ulterior deliberação.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° 329/2020-PGJ, DE 28.1.2020**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar o Promotor de Justiça Antonio André David Medeiros, atualmente agregado ao Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, coordenar o Departamento Especial de Apoio às Atividades de Execução, DAEX, a partir de 31.1.2020, até ulterior deliberação.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° 330/2020-PGJ, DE 28.1.2020**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar o Promotor de Justiça Antonio André David Medeiros, atualmente agregado ao Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, presidir o Comitê Gestor para Administração e Gerência da Implantação, Manutenção e Aperfeiçoamento das Tabelas Unificadas, a partir de 31.1.2020, até ulterior deliberação.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 331/2020-PGJ, DE 28.1.2020**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar o 37º Promotor de Justiça de Campo Grande, Alexandre Magno Benites de Lacerda, para, sem prejuízo de suas funções, coadjuvar a 24ª Promotoria de Justiça da referida Comarca, a partir de 6.2.2020, até ulterior deliberação.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 332/2020-PGJ, DE 28.1.2020**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar o 71º Promotor de Justiça de Campo Grande, Ricardo de Melo Alves, para, sem prejuízo de suas funções, coadjuvar a 23ª Promotoria de Justiça da referida Comarca, a partir de 6.2.2020, até ulterior deliberação.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 308/2020-PGJ, DE 28.1.2020**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “h” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Indicar ao Procurador Regional Eleitoral os membros do Ministério Público Estadual abaixo nominados, para, sem prejuízo de suas funções, atuarem perante as seguintes Zonas Eleitorais, em razão de ausência dos titulares, conforme o quadro a seguir:

ZE	PROMOTOR DE JUSTIÇA	PERÍODO	MOTIVO	TITULAR
3ª	Pedro de Oliveira Magalhães	10 a 19.2.2020	Férias	Ana Carolina Lopes de Mendonça Castro
		20 e 21.2.2020	Compensação	
6ª	Patrícia Almirão Padovan	10 e 11.2.2020	Compensação	Edival Goulart Quirino
		12 a 21.2.2020	Férias	
		27 e 28.2.2020	Compensação	
		2 a 11.3.2020	Férias	
33ª	Karina Ribeiro dos Santos Vedoatto	27 e 28.2.2020	Compensação	Lenize Martins Lunardi Pedreira
36ª	Luiz Eduardo Lemos de Almeida	12 a 21.2.2020	Férias	Cristina Beraldo de Andrade
		27 e 28.2.2020	Férias	
		2 a 6.3.2020	Compensação	

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 327/2020-PGJ, DE 28.1.2020**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E:**

Alterar a Portaria nº 021/2020-PGJ, de 7.1.2020, que estabeleceu a Escala de Plantão dos Promotores de Justiça, referente ao mês de janeiro de 2020, de forma que, onde consta:

PERÍODO DO PLANTÃO	PROMOTORIA DE JUSTIÇA	PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA	TELEFONE DO PLANTÃO
<b>REGIÃO 6 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE CAARAPÓ, NAVIRAÍ E ITAQUIRAÍ</b>			
25 e 26.1.2020	3ª PJ de Naviraí	Leticia Rossana P. F. Berto de Almada	98121-1881

Passe a constar:

PERÍODO DO PLANTÃO	PROMOTORIA DE JUSTIÇA	PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA	TELEFONE DO PLANTÃO
<b>REGIÃO 6 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE CAARAPÓ, NAVIRAÍ E ITAQUIRAÍ</b>			
25 e 26.1.2020	4ª PJ de Naviraí	Juliana Martins Zaupa	99825-9158

**PAULO CEZAR DOS PASSOS**

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 342/2020-PGJ, DE 29.1.2020**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Delegar atribuição ao Promotor de Justiça Anthony Allison Brandão Santos para assinar o Título de Doação nº 001/2020, referente ao terreno onde será construída a sede das Promotorias de Justiça de Deodápolis, matriculado sob o nº 2.719 do Cartório de Registro de Imóveis do 1º Ofício de Deodápolis - MS.

**PAULO CEZAR DOS PASSOS**

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 343/2020-PGJ, DE 29.1.2020**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder ao Promotor de Justiça Arthur Dias Junior 2 (dois) dias de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, realizada nos dias 30 e 31.10.2015, a serem usufruídos nos dias 31.1 e 10.2.2020, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

**PAULO CEZAR DOS PASSOS**

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 344/2020-PGJ, DE 29.1.2020**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder à Promotora de Justiça Jiskia Sandri Trentin 1 (um) dia de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, realizada no período de 16 a 23.9.2019, a ser usufruído no dia 28.1.2020, nos termos dos artigos 3º, 6º e 7º-A, inciso I, da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 345/2020-PGJ, DE 29.1.2020**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder ao Promotor de Justiça Marcos Alex Vera de Oliveira 7 (sete) dias de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, realizada nos períodos de 16 a 23.5.2017 e 9 a 16.7.2018, a serem usufruídos nos dias 27 e 28.2.2020 e 15, 16, 17, 18 e 19.6.2020, nos termos dos artigos 3º, 6º e 7º-A, inciso II, da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 0021/2020/AOP/PGJ**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 30 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 e artigo 29, inciso IX, da Lei 8.625/93,

**RESOLVE:**

Delegar ao Promotor de Justiça George Zarour Cezar, que oficia perante a Promotoria de Justiça da comarca de Ribas do Rio Pardo-MS, a quem o substituir ou a quem o suceder por promoção ou remoção, a atribuição para, sem prejuízo de suas funções, atuar nos autos de Notícia de Fato nº 01.2020.00000425-9, bem como nos feitos e ações judiciais decorrentes desse procedimento, conforme decisão lançada ao feito.

Campo Grande-MS, 17 de janeiro de 2020.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 0023/2020/AOP/PGJ**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 30 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 e artigo 29, inciso IX, da Lei 8.625/93,

**RESOLVE:**

Delegar ao Promotor de Justiça Maurício Mecelis Cabral, que oficia perante a Promotoria de Justiça da comarca de Nova Alvorada do Sul-MS, a quem o substituir ou a quem o suceder por promoção ou remoção, a atribuição para, sem prejuízo de suas funções, atuar nos autos de Notícia de Fato nº 01.2020.00000008-5, bem como nos feitos e ações judiciais decorrentes desse procedimento, conforme decisão lançada ao feito.

Campo Grande-MS, 20 de janeiro de 2020.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° 0024/2020/AOP/PGJ**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 30 da Lei Complementar n° 72, de 18 de janeiro de 1994 e artigo 29, inciso IX, da Lei 8.625/93,

**RESOLVE:**

Delegar ao Promotor de Justiça João Meneghini Girelli, que oficia perante a Promotoria de Justiça de Anastácio-MS, a quem o substituir ou a quem o suceder por promoção ou remoção, a atribuição para, sem prejuízo de suas funções, atuar nos autos de Notícia de Fato n° 01.2019.00011572-0, bem como nos feitos e ações judiciais decorrentes desse procedimento, conforme decisão lançada ao feito.

Campo Grande-MS, 21 de janeiro de 2020.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° 0025/2020/AOP/PGJ**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 30 da Lei Complementar n° 72, de 18 de janeiro de 1994 e artigo 29, inciso IX, da Lei 8.625/93,

**RESOLVE:**

Delegar à Promotora de Justiça Talita Zoccolaro Papa Muritiba, que oficia perante a 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Miranda-MS, a quem a substituir ou a quem a suceder por promoção ou remoção, a atribuição para, sem prejuízo de suas funções, atuar nos autos de Inquérito Civil n° 06.2020.00000081-9, bem como nos feitos e ações judiciais decorrentes desse procedimento, conforme decisão lançada ao feito.

Campo Grande-MS, 21 de janeiro de 2020.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

**CONSELHO SUPERIOR****AVISO N° 05/2020/SCSMP**

A Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público, em cumprimento ao disposto no artigo 126 do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público, após a distribuição por sorteio, dá conhecimento aos interessados da existência da promoção de arquivamento dos autos abaixo relacionados, para que, no prazo de 10 (dez) dias, querendo, apresentem razões escritas, peças informativas ou documentos que serão a estes juntados:

**1 - RELATOR CONSELHEIRO SILVIO CESAR MALUF:**

**1) Inquérito Civil n° 06.2018.00000587-6** - 7ª Promotoria de Justiça da Infância e Juventude da comarca de Corumbá - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Corumbá - Assunto: Apurar a situação dos alunos que utilizam transporte escolar nos Assentamentos Taquaral, Tamarineiro II Sul e Paiolzinho, tendo em vista a notícia de que, em épocas de chuvas, a precária situação das estradas impede o deslocamento do ônibus escolar para alguns pontos destes assentamentos. (IC n° 06/2014, migrado para o SAJMP).

**2) Inquérito Civil n° 06.2019.00001788-7** - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Maracaju - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar a legalidade/constitucionalidade do ato jurídico descrito no Projeto de Lei n° 14/2019, para promover a doação/distribuição de lotes urbanos neste Município.

**3) Inquérito Civil n° 06.2019.00001093-9 (Sigiloso)** - 43ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Campo Grande.

**4) Inquérito Civil nº 06.2018.00003172-0** - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Angélica - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Angélica/MS - Assunto: Apurar eventual omissão da Prefeitura e da Câmara Municipal de Angélica no exercício de suas funções institucionais relativas à gestão, ao controle e à fiscalização e à fiscalização da ocupação e da conservação das estradas vicinais e das faixas de domínio das estradas vicinais do município de Angélica/MS.

**5) Inquérito Civil nº 06.2019.00001122-7** - Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Eldorado - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Arlete Rosalina Kraemer - Assunto: Apurar suposto dano ambiental em Área de Preservação Permanente localizada no distrito do Morumbi, em Eldorado, às margens do Rio Paraná, especificamente no que tange à RPPN Ernesto Vargas Baptista, em decorrência da conduta de Arlete Rosalina Kraemer.

**6) Inquérito Civil nº 06.2018.00000255-7** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Miranda - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar a ocorrência de irregularidades ambientais consistentes em suprimir área de vegetação nativa, bem como explorar espécies de árvores protegidas por lei, todas as atividades em desacordo com a autorização/licença do órgão ambiental competente, na fazenda Cinco de Junho, situada no município de Miranda. (IC nº 14/2016, migrado para o SAJMP). **Advogado: Marcelo Henrique de Mattos, OAB/MS nº 7.018.**

**7) Inquérito Civil nº 06.2018.00002778-1** - 67ª Promotoria de Justiça da Pessoa com Deficiência da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: 1º Serviço Notarial da Comarca de Campo Grande - Assunto: apurar e tomar providências sobre eventual falta de acessibilidade para pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida no 1º Serviço Notarial de Campo Grande. **Advogado: Evandro Mombrum de Carvalho, OAB/MS nº 4.448 (MOMBRUM CARVALHO Advogados Associados).**

## **2 - RELATOR CONSELHEIRO ANTONIO SIUFI NETO:**

**1) Inquérito Civil nº 06.2019.00000031-9 (Sigiloso)** - 31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande. (IC nº 26/2011, migrado para o SAJMP).

**2) Inquérito Civil nº 06.2019.00000766-7** - 2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Coxim - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Coxim - Assunto: Apurar eventual irregularidade no parcelamento do solo urbano, tendo em vista que o Município está promovendo a abertura de uma via em uma área utilizada pela população para prática de esportes, lazer e eventos.

**3) Inquérito Civil nº 06.2018.00003391-7** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Amambai - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Cooperativa Agroindustrial Lar - Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental da Fazenda Palmeira Cuê (IC nº 04/2012, migrado para o SAJMP).

**4) Inquérito Civil nº 06.2018.00002071-1 (Sigiloso)** - 5ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Corumbá.

## **3 - RELATOR CONSELHEIRO BELMIRES SOLES RIBEIRO:**

**1) Inquérito Civil nº 06.2015.00000380-0** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Camapuã - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Delegacia de Polícia Civil de Camapuã - Assunto: Acompanhar e manter a regularidade e adequação do controle externo da atividade policial, ou, ainda, apenas retificar eventuais pendências internas quanto aos devidos registros cadastrais relativos a inquéritos policiais e autos de apuração de ato infracional.

**2) Inquérito Civil nº 06.2018.00001376-5** - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Pedro Gomes - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: - Assunto: Apurar eventual omissão e comportamento incompatível com a função de Conselheira Tutelar de Simarcia Evangelista da Silva. (IC nº 24/2015, migrado para o SAJMP).

**3) Inquérito Civil nº 06.2018.00002897-0 (Sigiloso)** - 2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Naviraí. (IC nº 19/2016, migrado para o SAJMP).

## **4 - RELATOR CONSELHEIRO JOÃO ALBINO CARDOSO FILHO:**

**1) Inquérito Civil nº 06.2019.00000102-9** - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Nova Andradina - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar eventual ato de improbidade administrativa decorrente de acordo extrajudicial em prejuízo ao erário público, bem como possível ofensa ao art. 100 da Constituição Federal.

**2) Inquérito Civil nº 06.2018.00002016-6** - 11ª Promotoria de Justiça da Habitação e Urbanismo da comarca de Dourados - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Corpore Construtora e Incorporadora Ltda. - Assunto: Apurar as irregularidades verificadas nos processos de aprovação da construção da obra do empreendimento Medical Center, localizada na Avenida Presidente Vargas, esquina com a rua Izzat Bussuan.

**3) Inquérito Civil nº 06.2018.00003510-4** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de São Gabriel do Oeste - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de São Gabriel do Oeste - Assunto: Remoção do depósito de resíduos residenciais e industriais desta Cidade. (IC nº 06/2011, migrado para o SAJMP).

#### **5 - RELATOR CONSELHEIRO FRANCISCO NEVES JÚNIOR:**

**1) Inquérito Civil nº 06.2018.00003558-1 (Sigiloso)** - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Nova Andradina. (IC nº 29/2014, migrado para o SAJMP).

**2) Inquérito Civil nº 06.2019.00000693-5** - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Mundo Novo - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município Mundo Novo - Assunto: Apurar possíveis irregularidades no âmbito do processo seletivo simplificado nº 001/2019, do município de Mundo Novo/MS.

**3) Inquérito Civil nº 06.2017.00001894-5** - 2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Coxim - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Coxim - Assunto: Apurar as medidas adotadas acerca de eventual invasão de logradouro público no Loteamento Vale do Taquari a fim de assegurar a reintegração do imóvel.

**4) Inquérito Civil nº 06.2018.00001912-6** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Coxim - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Fiscalizar a situação dos veículos que realizam o transporte escolar de Coxim/MS. (IC nº 001/2016, migrado para o SAJMP).

**5) Inquérito Civil nº 06.2018.00000052-6** - Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca da comarca de Inocência - Requerentes: Ministério Público Estadual e Valdomiro da Silva - Requerida: Agência Estadual de Empreendimentos - AGESUL - Assunto: Apurar eventual assoreamento de nascente, em decorrência de obra da Prefeitura Municipal de Inocência.

#### **6 - RELATOR CONSELHEIRO EDGAR ROBERTO LEMOS DE MIRANDA:**

**1) Inquérito Civil nº 06.2019.00000007-4** - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Mundo Novo - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos: Antônio Cavalcante e M.P Empreendimentos Ltda. - Assunto: Apurar possíveis irregularidades e necessidade de ressarcimento ao erário no que tange aos Processos Administrativos Licitatórios nºs 133/2010 e 221/2010, do município de Mundo Novo/MS. (OBS: Procedimento instaurado a partir do IC nº 06.2018.00000847-3). **Advogado: Jamil El Kadri, OAB/PR nº 24.803 e OAB/MS nº 270-A.**

**2) Inquérito Civil nº 06.2017.00001321-7 (Sigiloso)** - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Eldorado.

**3) Inquérito Civil nº 06.2018.00001997-0** - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Sete Quedas - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Paranhos/MS - Assunto: Apurar indícios de irregularidades referentes ao pagamento de diárias a vereadores da Câmara Municipal de Paranhos. (IC nº 13/2016, migrado para o SAJMP). **Advogada: Adriana Cavalcante de Araújo Alves, OAB/MS nº 9.219.**

**4) Inquérito Civil nº 06.2019.00001076-1** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Coxim - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Rio Corrente Agropastoril Ltda. - Assunto: Apurar a ocorrência de dano ambiental decorrente do desmatamento de 53,25 ha, sem autorização ambiental expedida pelo órgão ambiental competente, no imóvel rural denominado fazenda da Serra, de propriedade de Rio Corrente Agropastoril Ltda EPP.

#### **7 - RELATORA CONSELHEIRA JACEGUARA DANTAS DA SILVA:**

**1) Inquérito Civil nº 06.2019.00000116-2** - 2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Naviraí - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: José Aparecido dos Santos - Assunto: Apurar a notícia de prática de ato de improbidade administrativa, por ofensa aos princípios constitucionais da legalidade e da eficiência, a partir das irregularidades constatadas no relatório de auditoria nº 15369 do Departamento Nacional de Auditoria do SUS, em continuidade as investigações desenvolvidas no Inquérito Civil nº 3/2016, migrado para o SAJMP.

**2) Inquérito Civil nº 06.2018.00001005-7** - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Dois Irmãos do Buriti - Requerentes: Associação dos Trabalhadores Rurais da Região Leste de Mato Grosso do Sul e o Ministério Público Estado - Requeridos: Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul e o município de Dois Irmãos de Buriti /MS - Assunto: Investigar denúncia de desvio de recurso público referente ao convênio nº 15.566/2010 celebrado com a Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul. (IC nº 13/2014, migrado para o SAJMP).

#### **8 - RELATOR CONSELHEIRO SILASNEITON GONÇALVES:**

**1) Inquérito Civil nº 06.2018.00002872-5** - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Sete Quedas - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Prefeitura Municipal de Paranhos - Assunto: Apurar irregularidades no Processo Seletivo Simplificado de provas - Edital nº 004/2018.

**2) Inquérito Civil nº 06.2018.00001381-0** - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Pedro Gomes - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar eventual ato de improbidade administrativa, consubstanciado no uso indevido de veículos oficiais por servidores do município de Pedro Gomes/MS. (IC nº 17/2016, migrado para o SAJMP).

**3) Inquérito Civil nº 06.2019.00000667-9** - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Angélica - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Prefeitura Municipal de Angélica - Assunto: Averiguar eventual irregularidade no Pregão nº 044/2018, realizado pela Prefeitura Municipal de Angélica/MS.

**4) Inquérito Civil nº 06.2018.00002844-7** - 67ª Promotoria de Justiça da Pessoa com Deficiência da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: 6º Serviço Notarial da comarca de Campo Grande - Assunto: Apurar e tomar providências sobre a falta de acessibilidade para pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida no Cartório do 6º Tabelionato de Notas da comarca de Campo Grande. **Advogado: Evandro Mombrum de Carvalho, OAB/MS nº 4.448 (MOMBRUM CARVALHO Advogados Associados).**

#### **9 - RELATOR CONSELHEIRO ALEXANDRE LIMA RASLAN**

**1) Inquérito Civil nº 06.2019.00000006-3** - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Mundo Novo - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos: Antônio Cavalcante e M.P Empreendimentos Ltda - Assunto: Apurar possíveis irregularidades e necessidade de ressarcimento ao erário no que tange ao Processo Administrativo Licitatório nº 002/2010, do município de Mundo Novo/MS. (OBS: Procedimento instaurado a partir do IC nº 06.2018.00000847-3). **Advogado: Jamil El Kadri, OAB/PR nº 24.803 e OAB/MS nº 270-A.**

**2) Inquérito Civil nº 06.2018.00002538-3** - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Angélica - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Associação Beneficente de Angélica - Assunto: Apurar eventual prática de nepotismo pelo Diretor Administrativo da Associação Beneficente de Angélica (ABA), o Sr. Adalberto Nogueira, e por sua esposa, Elizângela Maria da Silva, enfermeira na referida instituição que gere o Hospital Beneficente de Angélica.

**3) Inquérito Civil nº 06.2019.00000479-2** - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Mundo Novo - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos: América Latina S/A. - Distribuidora de Petróleo e o município Mundo Novo/MS - Assunto: Apurar possíveis irregularidades na transmissão de titularidade, pelo município de Mundo Novo/MS à empresa América Latina Petróleo Ltda., dos lotes de matrículas 576 e 914, Gleba 01, situados neste Município, bem como averiguar se a municipalidade adotou as medidas necessárias para receber os valores definidos no acordo homologado judicialmente envolvendo os mencionados imóveis.

Campo Grande, 29 de janeiro de 2020.

SILASNEITON GONÇALVES

Procurador de Justiça

Secretário Substituto do Conselho Superior do MP

#### **AVISO Nº 06/2020/SCSMP**

A Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público, em cumprimento ao disposto no artigo 150 do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público, após a distribuição por sorteio, dá conhecimento aos interessados da existência do **recurso** na seguinte Notícia de Fato:

#### **1 - RELATOR CONSELHEIRO EDGAR ROBERTO LEMOS DE MIRANDA:**

**Notícia de Fato nº 01.2019.00011110-2 (Sigiloso)** - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Iguatemi.

Campo Grande, 29 de janeiro de 2020.

SILASNEITON GONÇALVES

Procurador de Justiça

Secretário Substituto do Conselho Superior do MP

## SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

**EXTRATO DA CARTA-CONTRATO N° 017/PGJ/2020**

Processo: PGJ/10/0050/2020

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo *em exercício*, **Humberto de Matos Brittes**;

2- **RODOLFO MEURER**.

Procedimento licitatório: Dispensa.

Amparo legal: artigo 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações; C/C Decreto nº 9.412, de 18 de junho de 2018 e Resolução nº 0024/2017-PGJ, de 16 de outubro de 2017.

Objeto: Prestação de serviço de jardinagem no edifício-sede da Promotoria de Justiça da comarca de Ivinhema/MS, a ser executado semanalmente, desde que haja necessidade e solicitação do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor estimado mensal: R\$ 950,00 (novecentos e cinquenta reais), nos termos da Nota de Empenho 2020NE000106, de 09.01.2020.

Vigência: 14.01.2020 a 31.12.2020.

Data de assinatura: 14 de janeiro de 2020.

**EXTRATO DA CARTA-CONTRATO N° 020/PGJ/2020**

Processo: PGJ/10/0065/2020

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo *em exercício*, **Humberto de Matos Brittes**;

2- **F. A. NEVES DIAS & CIA LTDA**, representada por **Fabio Andre Neves Dias**.

Procedimento licitatório: Dispensa.

Amparo legal: artigo 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações; C/C Decreto nº 9.412, de 18 de junho de 2018 e Resolução nº 0024/2017-PGJ, de 16 de outubro de 2017.

Objeto: Fornecimento de gás (botijão de gás – GLP, 13 kg), no valor unitário de R\$ 63,00 (sessenta e três reais), para atender às necessidades da Promotoria de Justiça da comarca de Ivinhema/MS, desde que haja necessidade e solicitação do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor estimado mensal: R\$ 63,00 (sessenta e três reais), nos termos da Nota de Empenho 2020NE000132, de 09.01.2020.

Vigência: 15.01.2020 a 31.12.2020.

Data de assinatura: 15 de janeiro de 2020.

**EXTRATO DA CARTA-CONTRATO N° 033/PGJ/2020**

Processo: PGJ/10/0122/2020

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo *em exercício*, **Humberto de Matos Brittes**;

2- **F. A. NEVES DIAS & CIA LTDA**, representada por **Fabio Andre Neves Dias**.

Procedimento licitatório: Dispensa.

Amparo legal: artigo 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações; C/C Decreto nº 9.412, de 18 de junho de 2018 e Resolução nº 0024/2017-PGJ, de 16 de outubro de 2017.

Objeto: Fornecimento de água mineral (recarga galão 20 litros), no valor unitário de R\$ 8,90 (oito reais e noventa centavos), para atender às necessidades da Promotoria de Justiça da comarca de Ivinhema/MS, desde que haja necessidade e solicitação do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor estimado mensal: R\$ 222,50 (duzentos e vinte e dois reais e cinquenta centavos), nos termos da Nota de Empenho 2020NE000167, de 10.01.2020.

Vigência: 16.01.2020 a 31.12.2020.

Data de assinatura: 16 de janeiro de 2020.

**EXTRATO DA CARTA-CONTRATO N° 040/PGJ/2020**

Processo: PGJ/10/0108/2020

Partes:

- 1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo *em exercício*, **Humberto de Matos Brittes**;  
2- **FARID A. H. M. MUSTAFA**, representada por **Farid Abdel Hag Muhamad Mustafa**.

Procedimento licitatório: Dispensa.

Amparo legal: artigo 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações; C/C Decreto nº 9.412, de 18 de junho de 2018 e Resolução nº 0024/2017-PGJ, de 16 de outubro de 2017.

Objeto: Fornecimento de água mineral (recarga galão 20 litros), no valor unitário de R\$ 9,49 (nove reais e quarenta e nove centavos), para atender às necessidades da Promotoria de Justiça da comarca de Corumbá/MS, desde que haja necessidade e solicitação do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor estimado mensal: R\$ 645,32 (seiscentos e quarenta e cinco reais e trinta e dois centavos), nos termos da Nota de Empenho 2020NE000158, de 10.01.2020.

Vigência: 16.01.2020 a 31.12.2020.

Data de assinatura: 16 de janeiro de 2020.

**EXTRATO DA CARTA-CONTRATO N° 054/PGJ/2020**

Processo: PGJ/10/0096/2020

Partes:

- 1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo *em exercício*, **Humberto de Matos Brittes**;  
2- **AUTO POSTO MIRIAM & JOSÉ LTDA**, representada por **José Wanderlei Engel**.

Procedimento licitatório: Dispensa.

Amparo legal: artigo 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações; C/C Decreto nº 9.412, de 18 de junho de 2018 e Resolução nº 0024/2017-PGJ, de 16 de outubro de 2017.

Objeto: Fornecimento de água mineral (recarga galão 20 litros), no valor unitário de R\$ 11,60 (onze reais e sessenta centavos), para atender às necessidades da Promotoria de Justiça da comarca de Bonito/MS, desde que haja necessidade e solicitação do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor estimado mensal: R\$ 348,00 (trezentos e quarenta e oito reais), nos termos da Nota de Empenho 2020NE000145, de 10.01.2020.

Vigência: 17.01.2020 a 31.12.2020.

Data de assinatura: 17 de janeiro de 2020.

**EXTRATO DA CARTA-CONTRATO N° 068/PGJ/2020**

Processo: PGJ/10/0218/2020

Partes:

- 1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo *em exercício*, **Humberto de Matos Brittes**;  
2- **AUTO POSTO MIRIAM & JOSÉ LTDA**, representada por **José Wanderlei Engel**.

Procedimento licitatório: Dispensa.

Amparo legal: artigo 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações; C/C Decreto nº 9.412, de 18 de junho de 2018 e Resolução nº 0024/2017-PGJ, de 16 de outubro de 2017.

Objeto: Fornecimento de gás (botijão de gás – GLP, 13 kg), no valor unitário de R\$ 105,00 (cento e cinco reais), para atender às necessidades da Promotoria de Justiça da comarca de Bonito/MS, desde que haja necessidade e solicitação do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor estimado mensal: R\$ 105,00 (cento e cinco reais), nos termos da Nota de Empenho 2020NE000236, de 14.01.2020.

Vigência: 20.01.2020 a 31.12.2020.

Data de assinatura: 20 de janeiro de 2020.

**EXTRATO DA CARTA-CONTRATO Nº 075/PGJ/2020**

Processo: PGJ/10/0152/2020

Partes:

- 1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo *em exercício*, **Humberto de Matos Brittes**;
- 2- **DENIS SANTANA OLEGARIO DA SILVA**, representada por **Denis Santana Olegario da Silva**.

Procedimento licitatório: Dispensa.

Amparo legal: artigo 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações; C/C Decreto nº 9.412, de 18 de junho de 2018 e Resolução nº 0024/2017-PGJ, de 16 de outubro de 2017.

Objeto: Prestação de serviço de jardinagem no edifício-sede da Promotoria de Justiça da comarca de Aquidauana/MS, a ser executado quinzenalmente, desde que haja necessidade e solicitação do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor estimado mensal: R\$ 600,00 (seiscentos reais), nos termos da Nota de Empenho 2020NE000208, de 13.01.2020.

Vigência: 20.01.2020 a 31.12.2020.

Data de assinatura: 20 de janeiro de 2020.

**EXTRATO DA CARTA-CONTRATO Nº 100/PGJ/2020**

Processo: PGJ/10/0289/2020

Partes:

- 1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo *em exercício*, **Humberto de Matos Brittes**;
- 2- **OBRATIVA LOJA DA CONSTRUÇÃO EIRELI**, representada por **Juliana Rozin Barbosa**.

Procedimento licitatório: Dispensa.

Amparo legal: artigo 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações; C/C Decreto nº 9.412, de 18 de junho de 2018 e Resolução nº 0024/2017-PGJ, de 16 de outubro de 2017.

Objeto: Fornecimento de areia lavada média (carga com 5 m³), para atender às necessidades do Departamento de Engenharia/PGJ, desde que haja necessidade e solicitação do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor estimado mensal: R\$ 900,00 (novecentos reais), nos termos da Nota de Empenho 2020NE000289, de 15.01.2020.

Vigência: 22.01.2020 a 31.12.2020.

Data de assinatura: 22 de janeiro de 2020.

**EXTRATO DA CARTA-CONTRATO Nº 118/PGJ/2020**

Processo: PGJ/10/0408/2020

Partes:

- 1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo *em exercício*, **Humberto de Matos Brittes**;
- 2- **PROLIMP PROTEÇÃO E LIMPEZA PARA ESTOFADOS LTDA**, representada por **Emival Rodrigues da Silva**.

Procedimento licitatório: Dispensa.

Amparo legal: artigo 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações; C/C Decreto nº 9.412, de 18 de junho de 2018 e Resolução nº 0024/2017-PGJ, de 16 de outubro de 2017.

Objeto: Prestação de serviço de aplicação e remoção de película de proteção solar (insulfilme), para atender as Sedes do Ministério Público desta Capital, desde que haja necessidade e solicitação do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor estimado mensal: R\$ 600,00 (seiscentos reais), nos termos da Nota de Empenho 2020NE000358, de 23.01.2020.

Vigência: 28.01.2020 a 31.12.2020.

Data de assinatura: 28 de janeiro de 2020.

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 3/PGJ/2020**

Processo nº PGJ/10/3654/2019

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, por intermédio do **Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público**, representado por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo *em exercício*, **Humberto de Matos Brittes**;

2- **EFRAT ENGENHARIA - EIRELI**, representada por **Rafael Santos Vasconcelos**.

Licitação: Pregão Presencial nº 31/PGJ/2019.

Amparo legal: Lei nº 10.520/2002 e, subsidiariamente, Lei nº 8.666/1993 (e suas alterações).

Objeto: Contratação de pessoa jurídica para a confecção e instalação de gradil metálico com fechamento em chapa lisa, incluindo os serviços de pintura, na sede das Promotorias de Justiça da Comarca de Dourados/MS (Rua João Correa Neto, nº 400, Bairro Santo Antônio, Dourados/MS), incluído o fornecimento de todos os materiais necessários.

Valor total: R\$ 37.000,00 (trinta e sete mil reais), nos termos da Nota de Empenho nº 2020NE000016, de 20.01.2020.

Vigência: 27.01.2020 a 24.07.2020.

Data de assinatura: 27 de janeiro de 2020.

**EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA****COMARCAS DE ENTRÂNCIA ESPECIAL****DOURADOS****EDITAL Nº 01/2020****EDITAL DE CIÊNCIA DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS**

A 6ª Promotoria de Justiça de Dourados faz saber, a quem possa interessar, que, a partir do 5º (quinto) dia subsequente à data de publicação deste Edital no Diário Eletrônico do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, se não houver oposição, eliminará os documentos constantes na Lista de Eliminação de Documentos nº 01/2020, referente aos documentos da 6ª Promotoria de Justiça de Dourados, nos termos do disposto no art. 12 da Resolução nº 25/2018–PGJ, de 06 de novembro de 2018.

Os interessados que tiverem alguma oposição deverão apresentá-la por escrito, devidamente fundamentada, desde que tenham qualificação e demonstrem legitimidade para o referido questionamento, dirigida à 6ª Promotoria de Justiça de Dourados, até o 5º (quinto) dia subsequente à data de publicação deste Edital.

Dourados, 28 de janeiro de 2020.

FERNANDO JAMUSSE

Promotor de Justiça

## LISTA DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS Nº 01/2020

PROVENIÊNCIA – (órgão produtor)	PROCEDÊNCIA – (órgão responsável pelo arquivamento)		
Órgão / Setor: 6ª Promotoria de Justiça de Dourados	Órgão / Setor: 6ª Promotoria de Justiça de Dourados		
TIPO DOCUMENTAL	JUSTIFICATIVA DA ELIMINAÇÃO / OBSERVAÇÕES	ANO INICIAL	ANO FINAL
NOME/CONTEÚDO INFORMATIVO			
Classe/Subclasse 000.001 – Controle de processos recebidos – 2017.	Conforme disposto na Resolução nº 25/2018–PGJ, de 06 de novembro de 2018, os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda.	2017	2017
Classe/Subclasse 000.002 – Ofícios expedidos – 2017.	Conforme disposto na Resolução nº 25/2018–PGJ, de 06 de novembro de 2018, os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda.	2017	2017
Classe/Subclasse 000.003 – Ofícios recebidos – 2017.	Conforme disposto na Resolução nº 25/2018–PGJ, de 06 de novembro de 2018, os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda.	2017	2017
Classe/Subclasse 000.011 – Certidões expedidas – 2016.	Conforme disposto na Resolução nº 25/2018–PGJ, de 06 de novembro de 2018, os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda.	2016	2016
Classe/Subclasse 200.005 – Controle de carga de inquéritos policiais recebidos – 2018.	Conforme disposto na Resolução nº 25/2018–PGJ, de 06 de novembro de 2018, os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda.	2018	2018
Classe/Subclasse 200.005 – Controle de carga de inquéritos policiais remetidos – 2018.	Conforme disposto na Resolução nº 25/2018–PGJ, de 06 de novembro de 2018, os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda.	2018	2018
Classe/Subclasse 200.015 – Comunicações de flagrante (cópia) – ago/2018 a dez/2018.	Conforme disposto na Resolução nº 25/2018–PGJ, de 06 de novembro de 2018, os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda.	AGO/2018	DEZ/2018
Classe/Subclasse 200.081 – Comprovantes de remessa de processos – 2017.	Conforme disposto na Resolução nº 25/2018–PGJ, de 06 de novembro de 2018, os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda.	2017	2017
RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO: Marcelo Wédson João Silva, Técnico I. Data do preenchimento: 28/01/2020.			

FERNANDO JAMUSSE  
Promotor de Justiça

## COMARCAS DE SEGUNDA ENTRÂNCIA

## CHAPADÃO DO SUL

## EDITAL 001/2020/1ª PJCS

A Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da Comarca de Chapadão do Sul-MS torna pública a instauração de Procedimento Preparatório, que se encontra à disposição na Avenida Mato Grosso do Sul, n. 435, Bairro Parque União, neste Município. Os autos do referido procedimento poderão ser acessados via internet, no endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Procedimento Preparatório nº 06.2020.00000096-3

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Thiago Carmo de Almeida; e Município de Paraíso das Águas.

Assunto: Apurar eventual cessão irregular de servidor público do município de Paraíso das Águas ao estado de Mato Grosso do Sul.

Chapadão do Sul/MS, 28 de janeiro de 2020.

MATHEUS MACEDO CARTAPATTI  
Promotor de Justiça

---

**MIRANDA**

---

**EDITAL Nº 003/2020**

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Miranda/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo especificado, que se encontra à disposição na Rua General Amaro Bittencourt, 935, Centro, nesta Cidade. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/mpms/procedimento>.

Inquérito Civil ° 06.2020.00000097-4

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Marlene de Matos Bossay (ex-prefeita)

Assunto: Apurar eventual ato de improbidade administrativa, com danos ao erário, praticado pela Prefeita Municipal de Miranda, à época, através do contrato administrativo nº 111/2017, processo administrativo nº 169/2017, firmado em 01.01.2018.

Miranda/MS, 24/01/2020

TALITA ZOCCOLARO PAPA MURITIBA

Promotora de Justiça

---

**SIDROLÂNDIA**

---

**EXTRATO: TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA**

Inquérito Civil n.º 06.2018.00001899-3

Extrato de Compromisso de Ajustamento de Conduta celebrado em 24.01.2020 entre o Ministério Público Estadual, por intermédio da 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Sidrolândia/MS e Moacyr Lagni, referente a regularização da Área de Preservação Permanente, no bojo dos autos de Inquérito Civil n.º 06.2018.00001899-3, disponível para consulta em do conteúdo integral na 2ª Promotoria de Justiça de Sidrolândia/MS, localizada na rua Espírito Santo, n.º 1.383, bairro Centro, CEP 79.170-000, telefone (67) 3272-1637. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: "<http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>".

Sidrolândia/MS, 24 de janeiro de 2020.

JANELI BASSO

Promotora de Justiça

---

**COMARCAS DE PRIMEIRA ENTRÂNCIA**

---

---

**ÁGUA CLARA**

---

**EDITAL N. 0001/2020/PJ/ACL**

A Promotoria de Justiça da Comarca de Agua Clara/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo relacionado, que se encontra à disposição na Rua Francisco Vieira, 200, Centro, nesta cidade.

Inquérito Civil nº 06.2019.00001832-0

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Leandro Tebet Thomé

Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental de desmatamento de 2,50 hectares de vegetação nativa em área de Savana (Cerrado) Arborizada florestada, na propriedade rural "Fazenda São Vicente VII-Área Desmembrada" (CARMS0037424), no município de Água Clara/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Parecer n. 458/19/NUGEO - Programa DNA Ambiental (2016-2017).

Agua Clara/MS, 24 de janeiro de 2020.

FELIPE ALMEIDA MARQUES

Promotor de Justiça

**EDITAL N. 0002/2020/PJ/ACL**

A Promotoria de Justiça da Comarca de Agua Clara/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo relacionado, que se encontra à disposição na Rua Francisco Vieira, 200, Centro, nesta cidade.

Inquérito Civil nº 06.2019.00001559-0

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Companhia Melhoramentos Norte do Paraná

Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental de desmatamento de 4,25 hectares de vegetação nativa em área de Savana (Cerrado) - Gramíneo Lenhosa Arborizada e Florestada, denominado ID 614 no arquivo digital, na propriedade rural Fazenda Serena inscrita sob n. CARMS0024813, no Município de Água Clara/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Parecer n. 421/19/NUGEO - Programa DNA Ambiental (2016 – 2017).

Agua Clara/MS, 24 de janeiro de 2020.

FELIPE ALMEIDA MARQUES

Promotor de Justiça

**EDITAL N. 0003/2020/PJ/ACL**

A Promotoria de Justiça da Comarca de Agua Clara/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo relacionado, que se encontra à disposição na Rua Francisco Vieira, 200, Centro, nesta cidade.

Inquérito Civil nº 06.2019.00001555-6

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Emílio Cezar Ferreira

Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental de desmatamento de 6.300m² de vegetação nativa em área de Savana (cerrado) Arborizada – Sem Floresta de Galeria, denominado ID 682 no arquivo digital, na propriedade rural Fazenda Cascata, inscrita sob n.CARMS0014350 no Município de Água Clara/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Parecer n. 455/19/NUGEO-Programa DNA Ambiental 2016-2017.

Agua Clara/MS, 24 de janeiro de 2020.

FELIPE ALMEIDA MARQUES

Promotor de Justiça

---

**BANDEIRANTES**

---

**EDITAL N. 0001/2020/PJ/BND**

A Promotoria de Justiça de Bandeirantes-MS torna pública a instauração do inquérito civil que está à disposição de quem possa interessar na Avenida Francisco Antonio de Souza, n. 1.460, Centro, Edifício do Fórum, no Município de Bandeirantes/MS.

Inquérito Civil nº 06.2019.00001668-8

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Gentil Pinheiro dos Santos

Assunto: Apurar destruição de 0,33 hectares de vegetação nativa (mata ciliar) em área considerada de preservação permanente, sem autorização do órgão ambiental competente, ao longo do recurso hídrico existente na chácara do Sr. Gentil, localizada no Município de Jaraguari/MS.

Bandeirantes/MS, 28 de janeiro de 2020

PAULO HENRIQUE MENDONÇA DE FREITAS

Promotor de Justiça

**EDITAL N. 0002/2020/PJ/BND**

A Promotoria de Justiça de Bandeirantes-MS torna pública a instauração do Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Avenida Francisco Antonio de Souza, n. 1.460, Centro, Edifício do Fórum, no Município de Bandeirantes/MS.

Inquérito Civil nº 06.2019.00001489-0

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Bandeirantes

Assunto: Apurar supostas irregularidades quanto ao Pregão Presencial n. 039/2017 e o contrato n. 074/2017, celebrado entre o Município de Bandeirantes e a prestadora de serviços de contabilidade Valdir da Silva-MEI.

Bandeirantes/MS, 28 de janeiro de 2020

PAULO HENRIQUE MENDONÇA DE FREITAS

Promotor de Justiça

---

**PORTO MURTINHO**

---

**EDITAL N. 0003/2020/PJ/PTM**

A Promotoria de Justiça da Comarca de Porto Murtinho, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo abaixo especificado, o qual se encontra à disposição de quem possa interessar na Rua 13 de maio, 444, Centro, Edifício do Fórum, em Porto Murtinho.

Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/mpms/procedimento>.

Procedimento Administrativo n. 09.2020.00000408-1

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Porto Murtinho

Assunto: Acompanhar a regularidade no concurso público de provas e títulos para provimento de cargos pertencentes ao quadro permanente de pessoal do Município de Porto Murtinho.

Porto Murtinho, 28 de janeiro de 2020

WILLIAM MARRA SILVA JÚNIOR

Promotor de Justiça em Substituição Legal

**EDITAL DE RETIFICAÇÃO****1ª ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA**

A Diretoria Executiva do Sindicato dos Servidores do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - SINSEMP-MS, no uso de suas atribuições estatutárias e tendo em vista que a data anteriormente marcada será sábado de carnaval (22/02/2020), ALTERA a data da 1ª ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA de 2020, passando a CONVOCAÇÃO para o referido evento ser para o dia **20/02/2020 (quinta-feira), às 18h30min, em 1ª chamada, e às 19h, em 2ª chamada** com qualquer número de participantes, realizada na sede do Sindicato, situada na Rua Ronaldo Monteiro, 188, Vila Glória, nesta cidade, com a deliberação da seguinte pauta:

- 1) eleição e nomeação da Comissão Eleitoral que conduzirá o pleito para os cargos da Diretoria Executiva referente ao triênio 2020-2023, nos termos do artigo 38 do Estatuto Social;
- 2) outros assuntos de interesse da categoria.

Campo Grande, 29 de janeiro de 2020.